

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.603 - MS (2019/0072252-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JUVENTILHA FREITA ALVES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS - MS014572
AGRAVADO : BANCO VOTORANTIM S.A.
ADVOGADOS : JULIANO FRANCISCO DA ROSA - MS018601A
RODRIGO SCOPEL E OUTRO(S) - MS018640A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE PRAZO PRESCRICIONAL DIVERSO. ARGUMENTAÇÃO NÃO SUSCITADA NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INOVAÇÃO RECURSAL CONFIGURADA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL, COM MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JUVENTILHA FREITA ALVES em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado:

EMENTA – RECURSO DE APELAÇÃO – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS – ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO – TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL – DESCONTO DE CADA PARCELA NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

Por se tratar de obrigação de trato sucessivo, o prazo da prescrição, previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, corre a partir do desconto da parcela prevista no contrato, porque o dano e sua autoria se tornaram conhecidos com cada débito no benefício previdenciário da parte autora. Recurso conhecido e não provido (e-STJ, fl. 136).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 141-155), a recorrente aponta

Superior Tribunal de Justiça

violação ao artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor, bem como ao artigo 189 do Código Civil. Ainda suscita dissídio jurisprudencial quanto ao *termo a quo* para contagem da prescrição.

Sustenta, essencialmente, que *"No caso, o(a) recorrente teve conhecimento do dano de forma inequívoca somente com a emissão do extrato perante o INSS. Deveria a ainda ser considerado o fato de o (a) recorrente ser pessoa indígena, idosa e analfabeta. Desde modo, deve ser considerado como início do prazo prescricional o dia em que foi emitido o extrato perante o INSS, data em que nasceu a pretensão do(a) recorrente, eis que pode constatar as lesões sofridas e suas consequências"* (e-STJ, fl. 145).

O recorrido deixou de apresentar as contrarrazões (e-STJ, fl. 282).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 234-237), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

Com efeito, verifica-se que o argumento da recorrente de que do *termo a quo* da prescrição deveria ser contado de forma diversa por se tratar de uma pessoa "indígena, idosa e analfabeta" (e-STJ, fl. 145) não foi aduzido nas instâncias ordinárias. A questão deveria ter sido levada ao Tribunal para que ele, analisando o conjunto fático-probatório, decidisse acerca da procedência da alegação.

Portanto, se trata de indevida inovação recursal, em que a recorrente utilizou do recurso especial para elaborar pretensão tardia e provocar a discussão da matéria, situação vedada nesta instância especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITE O APELO NOBRE COM FULCRO NO ART. 1.040, I, DO NCPC (ANTIGO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/73). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DO ART. 1.042, CAPUT, DO NCPC. ERRO GROSSEIRO. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...).

4. É vedado o exame de inovação recursal no recurso especial. (grifo nosso) (AgInt no AREsp 1.227.908/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018).

Quanto ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que a recorrente também o fundamenta na referida inovação recursal. Assim, se encontra devidamente prejudicada sua análise.

Por fim, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários recursais, anteriormente fixados em 15% (e-STJ fl. 138), para 17 % sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão do deferimento de gratuidade de justiça (e-STJ, fl. 47).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator